

JOÃO PEDRO GEBRAN NETO

A Aula Magna do curso de Direito do primeiro semestre de 2017 foi ministrada pelo Desembargador João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que falou sobre Desafios do Poder Judiciário para 2017.

Trata-se de tema oportuno para estudantes e operadores do Direito, em tempos de sedimentação da ideia de autogestão do Poder Judiciário, decorrência natural da outorga pela Constituição de 1988 de independência e autonomia financeira e administrativa a este Poder. Cabendo a seus próprios integrantes administrá-lo. Evidentemente, maior autonomia implica responsabilidades maiores, e maiores desafios em todos os sentidos.

João Pedro Gebran é Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Paraná, Especialista em Ciências Penais e Processuais Penais pela mesma UFPR, membro do Fórum Nacional da Saúde do Conselho Nacional de Justiça, membro do Comitê Executivo da Saúde no Paraná; autor, entre outros, dos livros: *Direito à Saúde: Análise à luz da Judicialização e Aplicação Imediata dos Direitos e Garantias Individuais*, além de diversos artigos científicos e capítulos de livros.

O palestrante centrou sua exposição em dois desafios principais: direito penal e política pública de saúde, auxiliando a percepção dos alunos sobre a necessidade de conhecimento geral e articulado da legislação fundamental do sistema de saúde, e dos conhecimentos jurídicos mais significativos no âmbito da prestação de cuidados de saúde.

Considerando políticas públicas como um conjunto de medidas, disposições, e até procedimentos que manifestam a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais voltadas ao interesse público, estas estão sujeitas a modificações sociais e às diversificações

econômicas, na dependência da atuação política e comunitária dos diferentes atores sociais.

Políticas públicas em saúde integram o campo de ação da melhoria das condições de saúde da população, e também dos ambientes naturais, sociais e trabalhistas; sua tarefa específica consiste em organizar as funções públicas governamentais para a promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da coletividade.

No Brasil, desde a Constituição Federal promulgada em 1988, políticas públicas devem ser regidas pelos princípios de universalidade e equidade no acesso às ações e serviços e pelas diretrizes de descentralização da gestão, de integralidade do atendimento e de participação da comunidade, na organização de um sistema único de saúde no território nacional.

Segundo Gebran, o Brasil vem passando por um momento muito sensível, pelo menos nos últimos dois anos, e em 2017 não é diferente. “O poder judiciário tem sido um dos locais aonde todas essas dificuldades e problemas tem desaguado. E a expectativa da sociedade é que as soluções venham pela via judicial”. Gebran ressaltou a importância deste assunto para os estudantes de Direito. “Eles precisam ter uma percepção sócio política do Brasil, precisam ser despertados. Uma conexão entre o direito e a realidade”.

Para o convidado, foi uma honra muito grande poder ministrar a aula inaugural do curso de Direito, “Este é um Centro Universitário de excelência que nós temos em Curitiba, fiquei extremamente envidescido e honrado. O professor Clémerson foi o meu orientador no mestrado na Universidade Federal do Paraná (UFPR), o que também tornou mais feliz essa minha vinda à Instituição”. ■